

### *Mulheres, Empresas e o Direito*

Os pontos fortes da América Latina e Caribe estão na área do uso da propriedade, com uma pontuação média de 98. A região também tem um bom desempenho na área do acesso às instituições, com uma pontuação média de 97. No entanto, cerca de 40 por cento das 32 economias examinadas tiveram uma pontuação de 0 na área do acesso ao crédito. O México é a economia com melhor desempenho na região na maioria dos indicadores de *Mulheres, Empresas e o Direito*.

Nos últimos dois anos ocorreram as seguintes reformas que tiveram impacto nas pontuações das economias:

A **Bolívia** melhorou o acesso à informação de crédito ao começar a reportar dados fornecidos por empresas de serviços públicos.

A **Colômbia** aumentou a duração da licença maternidade paga de 98 para 126 dias. A Colômbia também eliminou restrições ao trabalho da mulher no setor de mineração e em trabalhos considerados perigosos ou árduos.

A **República Dominicana** aumentou a duração da licença maternidade paga de 84 para 98 dias.

O **Equador** igualou os direitos à propriedade de homens e mulheres ao revogar o dispositivo que favorecia a decisão dos maridos no caso de discordância entre os cônjuges quanto à administração dos bens no casamento.

**El Salvador** aumentou a duração da licença maternidade paga de 84 para 112 dias.

A **Guiana** melhorou o acesso à informação de crédito ao expandir a cobertura dos registros de crédito para mais de 5% da população. Os registros reportam dados fornecidos pelas empresas de serviços públicos e de varejistas.

O **Panamá** introduziu 3 dias de licença paternidade paga.

O **Paraguai** aumentou a duração da licença maternidade paga de 63 para 98 dias e o percentual de salários recebidos durante a licença maternidade de 50% para 75%. O Paraguai também aumentou a duração da licença paternidade paga de 2 para 10 dias.

O **Peru** aumentou a duração da licença maternidade paga de 90 para 98 dias.

**São Vicente e Granadinas** aumentou o percentual dos salários recebidos durante a licença maternidade de 75% para 87%.

No entanto, algumas economias também promoveram mudanças que tiveram um impacto negativo em suas pontuações:

No **Equador**, um novo código de processo civil eliminou os procedimentos de pequenas causas no Equador, aumentando as formalidades legais para causas de menor valor.

Em **São Vicente e Granadinas**, como são os empregadores quem pagam pela licença maternidade, o custo de contratação de mulheres em idade fértil aumentou do ponto de vista do empregador, agora que o percentual de salários recebidos durante a licença maternidade é maior.

*Mulheres, Empresas e o Direito* examina como leis, regulamentos e instituições diferenciam entre mulheres e homens de maneiras que podem afetar os incentivos às mulheres ou a sua capacidade de trabalhar ou de abrir e administrar um negócio. O relatório analisa as diferenças jurídicas com base no gênero em 189 economias, abrangendo sete áreas: acesso às instituições, uso da propriedade, acesso ao emprego, incentivos ao trabalho, acesso ao crédito, acesso aos tribunais e proteção da mulher contra a violência. O relatório é publicado a cada dois anos. O relatório completo, juntamente com os dados, estão disponíveis em [wbl.worldbank.org](http://wbl.worldbank.org)

**Contato de Imprensa:**

Indira Chand +1 (202) 458-0434, +1 (703) 376-7491, [ichand@worldbank.org](mailto:ichand@worldbank.org).